



Acesso à Informação



Webmail



Fale com a Ouvidoria

Intranet

Administração Superior

Procuradoria Geral de Justiça
Colégio de Procuradores
Conselho Superior
Corregedoria-Geral

Administração

Procuradorias de Justiça
Promotorias de Justiça
DECON
Ouvidoria Geral
Secretarias Executivas

Execução

Procurador-Geral de Justiça
Conselho Superior do MP
Procuradores de Justiça
Promotores de Justiça
JURDECON

Auxiliares

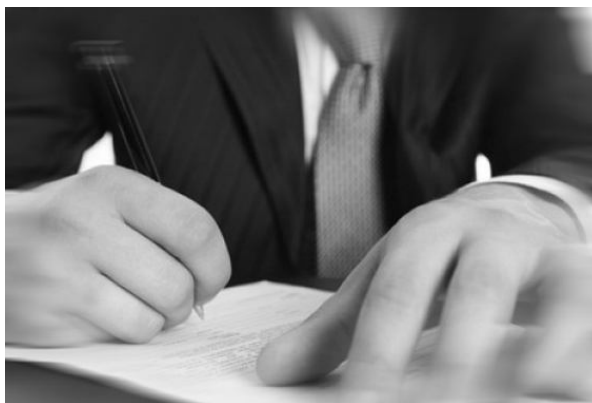
Centros de Apoio Operacional
Escola Superior do MP
Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo
Órgão de Estágio
Comissão de Concurso

Serviços

Artigos
Convênios
Consulta de Protocolo
Diário da Justiça
Email Institucional
Endereços e Telefones
Estágios e Concursos
Legislação
Links interessantes
Listas Gerais de Antiguidade
Peças Processuais
Plantão Ministerial
Portarias
Provimentos
Publicações
Relatório de Gestão Fiscal
Recomendações

Destaques

02/09/2015 - MPCE REQUER RESSARCIMENTO DE VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE POR SERVIDOR PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE PORANGA



O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por intermédio do promotor de Justiça titular da comarca de Poranga, Francisco Handerson Miranda Gomes, ingressou nessa quarta-feira (2) com uma ação civil pública (ACP) em desfavor do funcionário público Paulo Gervânio Pinho de Oliveira. Ele é acusado de acumular de forma ilícita dois cargos públicos em cidades diferentes. Na ação, o MPCE pede o ressarcimento aos cofres públicos dos valores recebidos indevidamente pelo servidor.

O MPCE recebeu denúncia de que o acusado acumularia ilícitamente cargos públicos efetivos de fiscal de tributos e de agente administrativo nos municípios de Poranga e Ipuéiras respectivamente.

Tal acumulação é vedada pela Constituição Federal (CF), que admite apenas três exceções para o caso: a acumulação de dois cargos de professor, de um cargo de professor com outro técnico ou científico, ou ainda de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas. No caso em questão, a acumulação de cargos pelo impetrado é indevida, pois não se encaixam em nenhuma das hipóteses de exceção previstas, bem como não há compatibilidade de horários, pois os cargos possuem, cada um, carga horária de 40 horas semanais, inviabilizando, assim, o exercício das duas funções.

Notificado pelo MPCE, Paulo Gervânio compareceu à Promotoria e confirmou o exercício dos dois cargos públicos. Após recomendação do promotor de Justiça, o impetrado pediu exoneração do cargo de fiscal de tributos junto a Prefeitura Municipal de Poranga. Diante dos fatos, o MPCE requer o ressarcimento da quantia de R\$ 9.504,89 recebidos indevidamente pelo funcionário, já que não foi comprovada a prestação do serviço durante o período em que ele esteve contratado.

Fonte: Assessoria de Imprensa

Notícias relacionadas

22/02/2016 - Justiça proíbe empresa Eletrosul de realizar contratos de "compra premiada" no município de Barro
22/02/2016 - Fórum de Combate à Corrupção terá participação de instituições públicas e privadas ligadas ao tema
22/02/2016 - MPCE e SEFAZ discutem ações do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e reposição do orçamento 2016
19/02/2016 - PGJ realiza solenidade de remoção e promoção de promotores de Justiça
18/02/2016 - Campanha da Fraternidade: MPCE e representantes da CNBB tratam sobre saneamento básico
18/02/2016 - MPCE ingressa com ação por ato de improbidade administrativa contra prefeito de Pacajus
17/02/2016 - Ação do MPCE resulta na prisão em flagrante de farmacêutico por comercialização de medicamentos de venda proibida em Caririçu
17/02/2016 - PGJ defende padronização nacional do registro dos Crimes Violentos Letais Intencionais
15/02/2016 - Promotor de Justiça é promovido em solenidade realizada na PGJ
13/02/2016 - PGJ participa de encontro com ministro da Justiça no Palácio Abolição
12/02/2016 - Procuradores de Justiça do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do MPCE tomam posse na PGJ
12/02/2016 - Promotores de Justiça que ingressaram em 1996 comemoram 20 anos de Ministério Público
10/02/2016 - PGJ realiza solenidade de promoção de promotor de Justiça
05/02/2016 - PGJ participa de sessão extraordinária na OAB-CE sobre custas processuais
04/02/2016 - PGJ trata sobre orçamento e planejamento em encontro na Seplag
04/02/2016 - PGJ constata redução de homicídios no mês de janeiro em reunião com governador
04/02/2016 - MPCE emite recomendação para coibir venda de bebida alcoólica para crianças e adolescente em Ererê
03/02/2016 - Encontro reforça vínculos entre Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral de Justiça
02/02/2016 - Delegado Geral da Polícia Civil visita a Procuradoria Geral de Justiça e trata sobre projeto de combate aos homicídios